



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Como Moraes descobriu fonte de jornalista que escreveu contra Dino

LUIZ SILVEIRA/STF

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) descobriu a fonte de um jornalista que publicou reportagens contra Flávio Dino após determinar que a Polícia Federal apreendesse os aparelhos eletrônicos do profissional de imprensa.

■ A coluna apurou com fontes ligadas à investigação que os agentes conseguiram identificar a fonte por meio de conversas mantidas no WhatsApp Web usado pelo jornalista Luís Pablo. Mesmo com a conta do aplicativo desconectada do MacBook no momento da apreensão, a PF conseguiu recuperar o conteúdo com o auxílio de equipamento tecnológico da corporação.

■ O MacBook e outros aparelhos de Luís Pablo haviam sido apreendidos em março, também por determinação de Moraes. Na ocasião, a medida provocou críticas de entidades ligadas à imprensa.

■ Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) classificaram como “preocupante” a busca e apreensão e destacaram que o sigilo da fonte é protegido pela Constituição. As entidades afirmaram ainda que medidas que eventualmente violem essa ga-



Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal apreendesse aparelhos eletrônicos de jornalista

rantia representam um ataque ao livre exercício do jornalismo.

■ À época, Moraes afirmou na decisão que havia indícios de que Luís Pablo teria acesso a informações sensíveis e estaria monitorando e acompanhando o veículo utilizado por Dino. O jornalista negou ter perseguido o ministro e afirmou que realizava trabalho jornalístico.

Fonte identificada

■ Agora, a fonte identificada a partir da análise dos aparelhos também foi alvo

de uma operação. Nesta terça-feira (11), Moraes determinou busca e apreensão contra Raimundo Cutrim, delegado aposentado da Polícia Federal, ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão e ex-deputado estadual. A medida foi solicitada pela PF e teve aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

■ De acordo com a defesa de Cutrim, o mandado relata que a análise dos aparelhos apreendidos do jornalista levou a Polícia Federal a concluir que ele era a fonte das reportagens. O advogado de Luís Pablo também foi alvo de busca e apreensão nesta terça-feira (11).

■ Cutrim é adversário político de Dino e também já ocupou o cargo de secretário no governo de Carlos Brandão. Segundo sua defesa, os processos relacionados às operações permanecem sob sigilo e os advogados ainda não tiveram acesso integral aos autos.

■ As reportagens que deram origem ao caso foram publicadas por Luís Pablo e apontavam o suposto uso irregular de um veículo oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por familiares de Flávio Dino, em São Luís. A investigação contra o jornalista foi aberta após Dino acionar as autoridades por suposta perseguição.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Sede da Petrobras no Rio de Janeiro

dores detalhes sobre pagamentos de propina na Diretoria Internacional da Petrobras e apontou a participação de diferentes personagens e empresas no esquema investigado pela operação. Ele próprio foi investigado e condenado em processos da Lava Jato.

■ Com a nova decisão, Toffoli não voltou a analisar o mérito da anulação. O recurso da Petrobras foi rejeitado por uma questão processual, já que o ministro entendeu que a estatal, na condição de assistente de acusação, não tinha legitimidade para recorrer da concessão do habeas corpus.

Secretário usou credenciais de Estado para desviar dados de inteligência e monitorar Flávio Dino, diz PF

■ A Polícia Federal (PF) afirma que o secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Legislativos do Maranhão, Raimundo Soares Cutrim, usou sua condição de agente público para acessar informações restritas sobre veículos ligados à segurança do ministro Flávio Dino, do STF.

■ Segundo a investigação, Cutrim obteve dados protegidos em sistemas que exigem credenciais de acesso e repassou parte do material ao jornalista Luís Pablo Conceição Almeida. As informações incluíam placas reservadas, fotos, vídeos e dados sobre veículos usados por Dino e seus familiares.

■ A conclusão consta de representação da PF acolhida pelo ministro Alexandre de Moraes, que autorizou novas buscas e apreensões no âmbito da investigação sobre o vazamento de informações relacionadas à segurança de Dino.

■ “Fica claramente demonstrado que quem obteve as informações e imagens divulgadas por Luís Pablo foi Raimundo Cutrim, sendo possível concluir que para obter acesso às informações sobre o veículo, o mesmo se prevaleceu de sua condição de agente público”.

Conversas por WhatsApp

■ A PF conseguiu chegar ao secretário após analisar um notebook apreendido na casa de Luís Pablo em março deste ano. O equipamento permitiu o acesso à conta de WhatsApp utilizada pelo jornalista e revelou conversas mantidas com Cutrim.

■ Os investigadores identificaram, por exemplo, que o secretário encaminhou ao jornalista dados de um veículo que apareceriam posteriormente em uma reportagem publicada em 20 de novembro. Entre as informações estavam a placa oficial e uma placa reservada, utilizada em atividades que exigem proteção da identificação do veículo.

■ A investigação também encontrou fotografias e vídeos dos veículos. Segundo a PF, algumas filmagens foram feitas com câmera veicular em 30 de outubro de 2025 e posteriormente enviadas por Cutrim a Luís Pablo.

Toffoli rejeita recurso da Petrobras contra decisão que anulou atos de Moro na Operação Lava Jato

■ O ministro Dias Toffoli (STF) rejeitou um recurso da Petrobras contra a decisão que anulou todos os atos da Operação Lava Jato praticados contra Eduardo Costa Vaz Musa, ex-gerente da empresa e delator do caso. A anulação alcança também medidas adotadas pelo então juiz Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

■ Na decisão anterior, Toffoli concedeu habeas corpus de ofício a Musa após reconhecer a existência de um “conluio” contra ele. O ministro declarou a “nulidade absoluta” dos atos praticados pelos integrantes da Lava Jato e por Moro contra o ex-gerente da Petrobras, inclusive durante a fase pré-processual.

■ A Petrobras recorreu. A estatal argumentou que atuou como assistente de acusação na ação penal envolvendo Musa e, por isso, teria legi-

timidade para questionar a decisão. Pediu, no mérito, que Toffoli afastasse a nulidade.

■ O ministro, porém, não conheceu do recurso. Toffoli aplicou a Súmula 208 do STF, segundo a qual o assistente do Ministério Público não pode recorrer de decisão que concede habeas corpus. “Ante o exposto, não conheço do agravo regimental. Arquive-se”, determinou Toffoli.

■ Eduardo Musa foi gerente da área Internacional da Petrobras e se tornou um dos delatores da Lava Jato. Em 2015, ele fechou acordo de colaboração premiada e passou a fornecer informações aos investigadores sobre o esquema de pagamento de propinas envolvendo contratos da estatal.

■ À época, Musa relatou aos investiga-